

VARNHAGEN e as LINHAGENS do PENSAMENTO CONSERVADOR no BRASIL

ou

De PORTUGAL ao BRASIL: O CONSERVADORISMO em BUSCA de UMA METÁFORA

Marcelo Barbosa da Silva*

RESUMO: Parte integrante de uma pesquisa sobre as raízes do pensamento conservador no Brasil, tendo por corpus a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, o presente artigo trata das relações entre sociedade e cultura em Portugal durante o período colonial. São abordados, em especial, processos como a expansão da religiosidade católica e a estrutura de classes naquele país ibérico, se detendo o foco sobre o relativo fracasso do transplante de instituições feudais e/ou patrimonialistas lusitanas para a periferia brasileira. Fenômenos estes, creio, de grande repercussão sobre a formação da nossa cultura e sua principal manifestação no século XIX, a literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, Questão Nacional, história.

Lidar com a gênese do conservadorismo em nosso país, pela ordem natural das coisas, deveria nos conduzir à seguinte questão: quais as principais vertentes formadoras dessa ideologia no período que recobre a maior parte do século XIX? Seria um bom e sólido ponto de partida. No entanto, por considerar ainda muito atuais certas representações conservadoras na quadra contemporânea, gostaria de pedir licença para propor uma abordagem diferente. Por que não indagar justamente o inverso? Isto é, porquê não perquirir o motivo pelo qual instituições sociais e formas de consciência conservadoras, de grande vigor nas áreas metropolitanas, vieram a malograr (total ou parcialmente) em tentativas de transposição para a realidade de nossa periferia? A identificação desses insucessos - ou êxitos apenas limitados – diria muito, assim entendendo, sobre a vida de idéias no período correspondente ao Primeiro e Segundo Reinados (1822-1889) e suas relações com o tema aqui tratado: a ideologia conservadora e o pensamento de Varnhagen.

O primeiro desses insucessos – mas não o único, por certo – diz respeito à tentativa de transplante das relações sociais de Portugal para o Brasil e não pode ser problematizado sem uma aproximação conceitual ao termo conservadorismo.

O *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio (1993), associa a prática conservadora ao conjunto de comportamentos orientados para “a manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentado-se como contraparte das forças inovadoras”. Por essa síntese, o conservadorismo apenas adquire nitidez quando contrastado com seu par dialético, as ideologias do progresso, essas últimas

*Marcelo Barbosa da Silva é pós-doutorando em Literatura Comparada pela UERJ.

entendidas pelo complexo de manifestações unificadas pela crença nas possibilidades de aperfeiçoamento da humanidade e do indivíduo, e que, nada obstante a sua infinita possibilidade combinatória, findam por convergir para três vertentes principais, não excludentes entre si: a escolha da democracia como método de composição de conflitos em lugar da dominação autocrática; a separação entre Estado e religião; e o reconhecimento do papel da luta de classes no processo histórico. Em suma, o amálgama emergente do transe gerado pelas chamadas revoluções burguesas, a mais paradigmática entre todas, a francesa de 1789.

Convém, de início, numa abordagem como a proposta neste texto, promover uma distinção de corte conceitual entre conservadorismo e reacionarismo. Tais termos informam fenômenos distintos. E, embora equiparar uma corrente a outra constitua prática disseminada no mundo contemporâneo, especialmente por parte das mídias, seus conteúdos pouco se confundem. Em comum, por certo, partilham da mesma origem: a de resposta – aristocrática, em sua gênese - aos dilemas sociais e políticos originados pelos processos de industrialização e urbanização em curso nas sociedades pioneiras no desenvolvimento da manufatura, a exemplo da Grã-Bretanha. Seus programas também apresentam semelhança, notadamente a defesa de instituições como a propriedade privada e tradição familiar. No que se refere ao método de ação, no entanto, as divergências se acumulam: malgrado recaídas autoritárias, em períodos de hiato de hegemonia, geralmente os conservadores perseguem o fortalecimento da democracia parlamentar assentada em maiorias de centro-direita; já os reacionários sentem-se mais confortáveis no espaço situado à extrema-direita do espectro político, privilegiando as soluções de força e de menosprezo dos mecanismos de voto. O caudal reacionário, de inspiração buscada junto a autores como Joseph De Maistre (Saez, 2017), se inaugura com a Restauração Monárquica e, no século XX, desemboca nos nacionalismos de direitas contemporâneos (abrangendo, provavelmente, no mesmo guarda-chuva de definição, o fascismo italiano e nazismo alemão).

Outra questão: seria correto confinar o aparecimento de modalidades de pensamento conservador somente a países já introduzidos aos conflitos inerentes ao desenvolvimento industrial como o Reino Unido e a França ao fim do século XVIII? De maneira alguma, ao que as evidências indicam. Mesmo sem exhibir maior consistência doutrinária, formas de resistência à disseminação dos valores do progresso surgiram por todo o subcontinente europeu. Da Rússia czarista a uma Alemanha ainda distante da unificação. Isso aconteceu por onde quer que surgissem oposições entre o estilo de vida do campo e o das cidades ,

tensão em estado de latência desde os fins da idade média, informa o crítico e historiador literário, Raymond Williams (2011).

Em Portugal, cabe a ressalva, a mística do apego ao passado – em parte decorrente de processos de precocidade na definição de uma identidade nacional, pioneira ao Sul da Europa – assumiu personificações particulares. Não foi encarnada pela aristocracia agrária, em declínio desde o aparecimento da Dinastia de Avis (1383). Em Terras do *Luso*, a tarefa de encenar o papel de guardião das tradições recaiu sobre um estrato administrativo e militar (Saraiva e Lopes, 2008), agressivamente expropriador das rendas da antiga nobreza de sangue e, simultaneamente, usurpador do mandato comercial da proto-burguesia financeira, de origem judaica, a partir do século XVI. Fortalecida pelos privilégios obtidos junto à Coroa, em especial, o monopólio das rotas de importação e exportação, essa camada colocou-se firmemente a favor da expansão por terra e das grandes navegações, deixando para a velha aristocracia a preocupação com as ameaças de despovoamento do interior da Lusitânia e dos riscos inerentes às iniciativas semelhantes à tomada de Ceuta e do “descobrimento” do caminho marítimo para as Índias Ocidentais, por Vasco da Gama.

No Canto IV, de *Os Lusíadas*, o mal-estar dos nobres encontra tradução em linguagem poética. Na passagem, o personagem do Velho do Restelo, se inclina, literalmente, a “ver navios”, nas praias do Continente – pessimista e inconformado - num símbolo das resistências à política de Estado conduzida por uma coalizão de forças empenhadas em impulsionar a marcha mercantilista:

Deixas criar às portas o inimigo
Por ires buscar outro tão longe,
Por quem se despovoe o reino antigo,
Se vá enfraqueça e se vá deitando a longe!
Buscar o incerto e incógnito perigo,
Por que a fama te exalte e lisonje,
Chamando-te senhor, com larga cópia,
Da Índia, Pérsia, Arábia e Etiópia!”

Desde que evitado o exclusivismo de ponto de vista, tem se mostrado produtivas – é preciso reconhecer - as abordagens de história literária voltadas para a tentativa de conciliar a análise das formas artísticas das obras com a reconstituição dos contornos da vida social onde tiveram origem. Especialmente, quando respeitadas as autonomias entre

essas duas instâncias, o social e o estético. Creio mesmo que criações no feitio de um *Os Lusíadas* – exemplo insuperável da épica do quinhentismo português – permitem o acesso a uma dimensão de diálogo (nunca de antagonismo), entre a *ficção* e a mimese, criação e realidade. As potências da imaginação, filtradas pelo engenho artístico de um Camões, no caso, nos capacitam a tomar contato com o real, mas não aquele das investigações proporcionadas pelas ciências sociais, voltadas para a produção de um conhecimento dito positivo. Trata-se de um real artístico capaz de denunciar a inadequação de certas categorias de análise, sem nenhum lastro na movimentação concreta dos sujeitos históricos. Digo isso a propósito de certas construções, visivelmente mecânicas (Stalin, 2017), que limitam as formações sociais a apenas cinco tipos: antiguidade, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo.

Em qual tipologia podemos incluir Portugal na quadra aberta com ascensão ao trono do D. João I? Nenhuma das mencionadas acima, ao certo. O que a leitura d' *Os Lusíadas* faz transparecer, com sua exaltação à “Coroa”, aos “navegadores”, aos “doutores” da ciência náutica, ao “baronato” de títulos concedidos e não herdados, sugere coisa diversa. Ao que parece, desnuda uma estrutura social *sui generis*: a da aristocracia congenitamente fraca, quase a ponto de dar razão a Alexandre Herculano (2008) quando dizia que “Portugal não conheceu o feudalismo”; e da servidão pouco fixada no campo, uma arráia-miúda, militarmente ativa nas revoltas internas e da resistência às invasões leonesas (Espanha). Dito de outra forma, reside no Estado e não na Sociedade, o *locus* no qual será possível buscar a racionalidade destinada explicar a singularidade portuguesa.

Confrontada com as particularidades do desenvolvimento histórico do país ibérico, a ciência social dividiu-se em diversas teorias: para uma parte dos estudiosos, no período correspondente à vigência do sistema colonial, Portugal ainda exibia traços de natureza feudal em suas relações sociais (Sodré, 2004). Em sentido oposto, há os que entendem caracterizada uma transição ao capitalismo por conta do forte impulso mercantil e financeiro então observado em sua atividade econômica (Saraiva e Lopes, 2008). Merece ser mencionada, de igual maneira, a posição de Raymundo Faoro (2001), ao incorporar a categoria weberiana de patrimonialismo ao debate. Por esta ótica, estaríamos diante de uma variante de capitalismo, porém articulada a partir do interior do próprio Estado, sem a interveniência de uma classe burguesa propriamente dita, mas sim de um *estamento* burocrático. Questão meramente incidental ao nosso objeto de pesquisa, não cabe aqui neste espaço aprofundar a controvérsia sobre o caráter das relações sociais em Portugal.

Apenas uma observação se faz necessária: a reivindicação de um transplante de instituições sociais portuguesas para o Brasil, apresenta forte conotação problemática.

Polêmicas à parte, o que remanesce de toda essa discussão diz respeito ao arranjo pouco usual entre camadas mercantis e administrativas, de um lado, e o Estado Português, de outro. Combinação apenas cumulada de êxito por força de um terceiro (e decisivo) elemento: o apoio da Santa Sé. O preço desse apoio? A onipresença do fenômeno religioso em todos os nexos da sociedade portuguesa, incluída a produção estética (Saraiva e Lopes, 2008).

Assim como as demais linguagens artísticas, a literatura também não escapou à tal linha de força: do gótico ao maneirismo; do barroco à arcádia; do classicismo ao romantismo - e sempre aportando nomes de grande significação - as letras portuguesas se distinguiram por sua numerosa produção de autores vinculados à prosa doutrinal religiosa. Vieira, Incluído. Sem dúvida um reforço, de grande efetividade, à disseminação dos valores da contrarreforma, em tudo opostos ao pensamento de Calvino e demais precursores da ética burguesa.

Presente em todos os nexos da sociedade letrada portuguesa, a cultura confessional preservou a escolástica como filosofia oficial mesmo quando outras modalidades de pensamento laico já empolgavam a maioria das nações do “Mundo Europeu”, a partir do século XVI (Paim, 1967). De forma rigorosa, a publicação de livros e a difusão do ensino observaram as orientações emanadas da Igreja. Apesar da aplicação desses mecanismos de controle – ao qual se somou a inquisição do Santo Ofício – as instituições culturais como a Universidade de Coimbra não deixaram de sofrer o contágio de complexos ideológicos como o humanismo renascentista e, posteriormente, das Luzes¹(em versões de alcance e intensidade atenuadas, é de se reconhecer, tal qual sugere a edição do iluminismo pombalino).A fugacidade desses episódios os revela exceções num quadro cultural marcado pela onipresença religiosa, tanto na metrópole quanto nas colônias. Padrão apenas interrompido, com estrépito, na eclosão do levante liberal, do Porto, em 1820.

Conclusão

De fato, o Brasil não se tornou um imenso Portugal, em sentido simbólico, conforme canta o belíssimo “Fado Tropical”, de Chico Buarque e Ruy Guerra; utopia de reconciliação entre colonizadores e colonizados, numa pátria comum unida pela língua.

Nem parece ser, sob o ponto de vista de sua formação histórica, um enclave patrimonialista, no molde preceituado pelo autor anteriormente citado, de *Os Donos do Poder*, ou ainda a sobrevivência de “restos” feudais, da representação das teses do PCB até 1960 (Prado Júnior, 1977). Creio que o Brasil se faz enunciar, com verossimilhança, na adequada metáfora de Darcy Ribeiro (1995) como um grande “moinho de gastar gente”, escravista e desigual, desde sempre, para a tristeza de seu povo ora alegre, quase sempre melancólico. Uma triste recorrência cujas vísceras foram expostas até os seus últimos contornos no imenso (em extensão e significado) ensaio de Jacob Gorender (2011), *O Escravismo Colonial*.

Termino, então, com uma pergunta: diante do desmonte contemporâneo dos direitos e garantias coletivos, ao evocar o regime escravocrata que nos definiu por mais de quatro séculos, me vejo falando do passado ou do presente?

Bibliografia

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5 ed. tradução coordenada por João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, v. 02, p.242.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. 3 ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder, Formação do Patronato Político Brasileiro*. 3 edição. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- HERCULANO, Alexandre citado por SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2004, p.53.
- PAIM, Antonio. *História das Ideias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAES, Laurent de. Joseph de Maistre e Suas Considerações sobre a França Revolucionária, *Revista Territórios e Fronteiras*, n. 1. < WWW.ppghis.com/territorios@fronteiras/index.php/v03n02/article/wiewfile/111 >. Acesso em 16 ago 2017.
- SARAIVA, Antonio José; LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17 ed. Porto: Porto Editora, 2008.
- STALIN, J.V..*Sobre o Materialismo Dialético e Materialismo Histórico* < WWW.marxists.org/português/stalin/1939/09/mat-dia-hist.htm >. Acesso em 17 ago 2017.
- WILIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade*, Na História e na Literatura. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.